

CAPÍTULO 6

**O CONHECIMENTO COMO ATO
DA ILUMINAÇÃO DIVINA:
SANTO AGOSTINHO (354-430)**

No que diz respeito a todas as coisas que compreendemos, não consultamos a voz de quem fala, a qual soa por fora, mas a verdade que dentro de nós preside à própria mente, incitados talvez pelas palavras a consultá-la.

Santo Agostinho

Nasceu em 354, em Tagaste, província romana da Numídia (África), e morreu em 430 em Hipona (África). Realizou estudos de letras e retórica, tendo sido professor em Milão. Apesar de viver em um período em que o cristianismo já era a religião oficial do Império Romano do Ocidente, a ele só se converteu em 386.

Viveu no período de decadência do Império Romano, sentindo as graves conturbações sociais daquele momento e as invasões dos chamados povos bárbaros. Esse momento, bem como sua tardia conversão, parece dar um significado às suas preocupações, não só no sentido de fundamentar e estruturar as noções do cristianismo, como também no sentido de preocupar-se fundamentalmente com a condição da vida humana.

Afastando-se da preocupação com o universo físico, sua filosofia está voltada para a vida do homem e para a busca que, nessa vida, deve encaminhar-se para o Bem. É a esse objetivo que se vincula o conceito da verdade em sua obra, a qual revela a influência do neoplatonismo — escola que imprime à filosofia platônica um cunho religioso.

Sem opor teologia e filosofia, afirma, segundo Pépin (1974), que “(...) é sempre preciso crer para compreender e compreender para crer” (p. 78). Nesse sentido, segundo Franco Jr. (1986), afirma serem as verdades da fé não demonstráveis pela razão, embora esta pudesse confirmar algumas verdades da fé. Algumas idéias caracterizam o pensamento de Santo Agostinho: as noções de beatitude, graça, predestinação e iluminação divina, todas ligadas ao conceito de Deus. Para Agostinho, Deus é o criador de todas as coisas:

é bom, sábio, fonte do inteligível, fonte da verdade, realidade total, eterno e essência no mais alto grau.

Todo o Universo foi criado por Deus; todas as coisas, das mais elevadas às mais ínfimas, foram por ele criadas a partir do nada. Ao criar o mundo, Deus o teria feito de forma inacabada, colocando, no entanto, na matéria, princípios latentes segundo os quais o mundo se transformaria; segundo Peterson (1981), tais princípios imprimem aos seres uma transformação em direção à perfeição. Para Agostinho, a matéria e a forma foram criadas ao mesmo tempo; no mesmo momento, Deus deu origem à matéria e imprimiu-lhe uma forma.

Enalteçam-Vos as vossas obras, para que Vos amemos! Que nós Vos amemos, para que vossas obras Vos enalteçam! Elas têm princípio e fim no tempo, nascimento e morte, progresso e decadência, beleza e imperfeição. Portanto, todas elas têm sucessivamente manhã e tarde, ora oculta, ora manifestamente. Foram feitas por Vós do nada, não porém da vossa substância ou de certa matéria pertencente a outrem ou anterior a Vós, mas da matéria concriada, isto é, criada por Vós ao mesmo tempo que elas, e que, sem nenhum intervalo de tempo, fizestes passar da informidade à forma. (Confissões, XIII, 33, 48, III sq.)

A noção de “criação a partir do nada” adquire um significado mais forte, ao se perceber que, para Santo Agostinho, a noção de tempo está vinculada à existência do universo. O tempo não existe para Deus; passa a existir a partir da criação do universo, que teve um início e que terá um fim. Diz Agostinho:

Como poderiam ter passado inumeráveis séculos, se Vós, que sois o Autor e o Criador de todos os séculos, ainda os não tinheis criado? (...) Criaste todos os tempos e existis antes de todos os tempos. (Confissões, XI, 13, 15 e 16, II sq.)

Como todas as outras criaturas, o homem é fruto do ato divino; no entanto, o homem é, entre as criaturas, um ser superior. Sua superioridade decorre do fato de que, sendo o único ser criado “à imagem e semelhança de Deus”, é o único que tem razão e inteligência. Como afirma nas *Confissões*:

Vemos o homem, criado à Vossa imagem e semelhança, constituído em dignidade acima de todos os viventes irracionais, por causa de vossa mesma imagem e semelhança, isto é, por virtude da razão e da inteligência. (XIII, 32, 47, III sq.)

Apesar de destacar o homem, conferindo-lhe superioridade em relação aos outros seres, devido à sua capacidade intelectual, Agostinho limita o domínio do ser humano sobre o mundo, afirmando a impossibilidade de o

homem poder atuar sobre os fenômenos, tais como os céus e os mares. Restringe seu controle a eventos de menores proporções, de natureza animada ou inanimada. A possibilidade de “domínio” de certos fenômenos, como os celestes, tão buscada nos séculos posteriores, e marcante no Renascimento, é por ele negada; os fenômenos permanecem como mistérios que não cabem ao homem desvendar. Segundo Santo Agostinho, o ser humano

(...) não recebeu o poder sobre os astros do céu, nem sobre o próprio firmamento misterioso, nem sobre o dia e a noite, que chamastes à existência antes da criação do céu, nem sobre a junção das águas, que é o mar. Mas recebeu jurisdição sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre todos os animais, sobre toda a terra e sobre todos os répteis que rastejam no chão. (Confissões, XIII, 25, 34, III sq.)

Para Santo Agostinho, Deus é o Bem Supremo e, sendo bondade, não poderia criar o mal; sendo o mundo criado por Deus, nele não existe o mal, já que o princípio que vigora é o bem. O mundo foi criado perfeito em sua totalidade, portanto, aquilo que percebemos como mal é devido à visão parcial que temos de algo que, incluído no contexto geral do mundo, é na verdade um bem.

Se essa visão de Santo Agostinho permite explicar o que, para ele, pretensamente é visto como o mal no mundo, ela não permite explicar aquilo que se identifica como o mal na ação dos homens. Ao abordar as ações humanas, Santo Agostinho introduz as noções de privação do bem e vontade. Para ele, o mal é a privação do bem, e o homem, por sua vontade, pode distanciar-se de Deus, afastando-se, dessa forma, do bem. A vontade é, para Agostinho, criadora e livre e é pela vontade que o homem deixa o corpo dominar a alma e chega à degradação.

Em absoluto, o mal não existe nem para Vós, nem para as vossas criaturas, pois nenhuma coisa há fora de Vós que se revolte ou que desmanche a ordem que lhe estabelecesteis. Mas porque, em algumas das suas partes, certos elementos não se harmonizam com outros, são considerados maus. Mas estes coadunam-se com outros, e por isso são bons (no conjunto) e bons em si mesmos. (Confissões, VII, 13, 19, II sq.)

Esforçava-me por entender (a questão) — que ouvia declarar — acerca de o livre-arbítrio da vontade ser a causa de praticarmos o mal, e o vosso reto juízo o motivo de o sofrermos. Mas era incapaz de compreender isso nitidamente. (Confissões, VII, 3, 4, S, I sq.)

Procurei o que era a maldade e não encontrei uma substância, mas sim uma perversão da vontade desviada da substância suprema — de Vós, ó Deus — e tendendo para as coisas baixas: vontade que derrama as suas entranhas e se levanta com intumescência. (Confissões, VII, 16, 22, II sq.)

Segundo Pépin (1974), para Agostinho, “Deus não quer o bem porque é bem, mas o bem é bem porque Deus o quer” (p. 94). No que se refere à moral, portanto, Deus criou os valores e, como os criou, pode mudá-los.

Para Santo Agostinho, a alma (que é imortal) deve sobrepor-se ao corpo, dirigindo-o; o corpo é a prisão da alma e é fonte de todos os pretensos males. Quando a alma se submete ao corpo, fica voltada para a matéria e não tem força para sair do estado de decadência em que se encontra. O homem deve, portanto, desvencilhar-se das coisas mundanas e carnis, voltando-se às espirituais, as quais vão lhe propiciar a aproximação de Deus, o sumo Bem. Embora a degradação humana ocorra por livre-arbítrio, voltar-se novamente para o bem e para Deus não é mais opção do homem; ao contrário, é necessária a graça divina para tirá-lo do pecado.

A noção de salvação encerra, no entanto, uma contradição. Se, ao relacionar pecado e vontade, Santo Agostinho coloca nas mãos do homem a responsabilidade acerca do seu destino, acaba por restringi-la quando postula uma predestinação absoluta. Pépin (1974) afirma que, segundo Santo Agostinho, “Deus primeiro escolhe seus eleitos, depois lhes dá os meios de corresponder a essa eleição; ela (predestinação) não leva em conta os méritos futuros que, ao contrário, dela decorrem” (p. 94). A salvação pertence, portanto, aos predestinados, como ilustrado no trecho a seguir.

Igualmente não pode ajuizar daquilo que distingue os homens espirituais dos carnis. Estes, meu Deus, são conhecidos aos vossos olhos. Ainda se não manifestaram a nós com nenhuma de suas obras, para que, “pelos seus frutos, os conheçamos”. Porém, Vós, Senhor, já os conheceis, já os classificastes, já lhes fizestes ocultamente o convite antes de ser criado o firmamento. (Confissões, XIII, 23, 33, II sq.)

A interferência de Deus está presente em todas as esferas da ação humana: Deus tem o poder de decidir sobre a salvação do homem — mediante a graça — e tem também o domínio sobre a possibilidade do conhecimento, mediante a iluminação.

Para Santo Agostinho, o conhecimento pode se referir às coisas sensíveis (provenientes dos sentidos) e às coisas inteligíveis (provenientes da razão): “Pois todas as coisas que percebemos, percebemo-las ou pelos sentidos do corpo ou pela mente” (*De Magistro*, XII). Em relação às primeiras, os sentidos fornecem imagens que são levadas à memória, imagens essas que são reunidas e organizadas interiormente pelo indivíduo; assim, os sentidos são necessários e imprescindíveis na elaboração desse tipo de conhecimento.

Chego aos campos e vastos palácios da memória onde estão tesouros de inumeráveis imagens trazidas por percepções de toda espécie. Aí está também escondido tudo o que pensamos, quer aumentando quer diminuindo ou até

variando de qualquer modo os objetos que os sentidos atingiram. (...) O grande receptáculo da memória — sinuosidades secretas e inesfáveis, onde tudo entra pelas portas respectivas e se aloja sem confusão — recebe todas estas impressões, para as recordar e revistar quando for necessário. (Confissões, X, 8. 12 e 13 II sq.)

Para Santo Agostinho, o conhecimento pode, porém, referir-se a coisas que não são provenientes dos sentidos — as chamadas coisas inteligíveis. Estas são percebidas apenas pela mente humana, por meio de um processo de reflexão interior.

Ao falar sobre esse tipo de conhecimento, Agostinho recoloca a noção platônica de reminiscência, uma vez que os sentidos funcionariam como um meio estimulatório da auto-reflexão; a partir deles emergem noções já existentes na memória, que não foram aí colocadas pelos sentidos. Tal é o caso dos juízos de valor e das relações matemáticas que, para ele, não podem ter sido gravados pelos sentidos, uma vez que “(...) não têm cor, nem som, nem cheiro, nem gosto, nem são táteis” (Confissões, X, 12, 19, II sq.). Ora, esse conhecimento é revelado por uma luz interior e, nesse caso, os sentidos funcionam como uma “provocação” à auto-reflexão. Como afirma, em relação às

(...) coisas que percebemos pela mente, isto é, através do intelecto e da razão, estamos falando ainda em coisas que vemos como presentes naquela luz interior de verdade, pela qual é iluminado e de que frui o homem interior (...). (De Magistro, XII)

Segundo Santo Agostinho, a verdade autêntica é imutável e apreendida pela inteligência iluminada. Chega a essa conclusão usando o argumento de que, se a verdade fosse mutável, a inteligência não poderia ter a idéia de que o imutável é preferível ao mutável. Ora existe essa idéia de imutabilidade. Portanto, só pode ser proveniente de algo superior, que dá fundamento à verdade: Deus. É por meio da iluminação divina que o homem, por um processo interior, chega à verdade; não é o espírito, portanto, que cria a verdade, cabendo-lhe apenas descobri-la e isso se dá via Deus. O conhecimento verdadeiro provém, portanto, de fonte divina — eterna e imutável — e não humana. A contemplação é atividade humana, mas só possível porque Deus fornece ao homem o material necessário para que ela possa ocorrer.

Buscando, pois, o motivo por que é que (eu) aprovara a beleza dos corpos, quer celestes, quer terrenos, e que coisa me tornava capaz de julgar e dizer corretamente dos seres mutáveis: “Isto deve ser assim, aquilo não deve ser assim”, procurando qual fosse a razão deste meu raciocínio ao exprimir-me naqueles termos, descobri a imutável e verdadeira Eternidade, por cima da minha inteligência sujeita à mudança. (...) A esta (potência raciocinante) per-

tence ajuizar acerca das impressões recebidas pelos sentidos corporais. Mas esta potência, descobrindo-se também mutável em mim, levantou-se até à sua própria inteligência, afastou o pensamento das suas cogitações habituais, desembaraçando-se das turbas contraditórias dos fantasmas, para descortinar qual fosse a luz que a esclarecia, quando proclamava, sem a menor sombra de dúvida, que o imutável devia preferir-se ao mutável.

Daqui provinha o seu conhecimento a respeito do próprio Imutável, pois, se de nenhuma maneira o conhecesse, não o anteporia com toda segurança ao variável. (Confissões, VII, 17, 23, II sq.)

Quanto às noções relativas à sociedade e sua organização percebe-se, em Agostinho, que refletem suas concepções sobre o universo, homem e Deus.

· A idéia de que Deus conduz tudo o que ocorre no universo, inclusive a vida humana, implica a aceitação de que tudo no mundo é bom, justo, consentido por Deus. Tal postura justifica inclusive o escravismo de seu tempo; segundo Peterson (1981), “ (...) o escravo o é porque Deus o quer; Deus, o Todo-poderoso, permite a escravidão e esta, portanto, deve ser boa. O escravo deve ser humilde; deve se sujeitar ao seu mestre, que, por sua vez, deve submeter-se ao Império” (p. 69).

Santo Agostinho defende, ainda, a idéia da existência de uma outra realidade, celestial, que denomina cidade de Deus, a qual seria edificada pelos eleitos. Segundo Franco Jr. (1986), a concepção da cidade de Deus guarda relação com o mundo das idéias de Platão, uma vez que contrapõe a existência de uma realidade concreta, terrena, imperfeita à de uma realidade transcendente, espiritual, perfeita. Na cidade terrena, o homem é o cidadão, e a Igreja representa, encarna, a cidade de Deus, devendo, por isto, governar e ter supremacia sobre o Estado. Sendo os representantes de Deus na Terra, os chefes da Igreja não cometeriam erros, ao contrário dos governantes.